

MOÇAMBIQUE-ESTABILIDADE E CRESCIMENTO

O posicionamento estratégico de Moçambique, na rota entre a maior circulação de mercadorias a nível mundial, a Ásia por um lado, e a Europa e o Continente Americano por outro, aliado à situação geográfica perante os países limítrofes, funcionando como corredor para o comércio internacional dos mesmos, coloca o país desde logo numa situação favorável com potencial de negócios.

Ainda quanto à sua envolvente externa, como membro da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), Moçambique tem acordos preferenciais com os restantes catorze membros, nomeadamente um Acordo de Comércio Livre com onze países da SADC (o qual entrou em vigor em 2000 e em pleno funcionamento em 2008).

Esta organização, cujo Secretário Executivo é Moçambicano, tem desenvolvido acordos para facilitar a livre circulação de pessoas, cooperação para a existência duma rede eléctrica regional, cooperação entre os bancos centrais, acordos quanto aos transportes e outros elementos, que alargam a influência de Moçambique, e permitem o desenvolvimento de instrumentos modernos de funcionamento da economia, tais como os serviços financeiros, as telecomunicações, e da Administração, tais como as Alfândegas e o relacionamento dos cidadãos com o Estado.

A terceira componente da envolvente externa tem sido o diálogo sistemático com a Comunidade Internacional, primeiro para a pacificação do País, e posteriormente para o seu desenvolvimento. Este diálogo tem permitido colocar à disposição do país recursos, mas também aconselhamento aos Governos na preparação dos seus Planos de Acção para a Redução da Pobreza, o que aliado a uma vontade política dos vários Governos, tem conduzido a políticas coerentes e sistemáticas no sentido da construção efectiva da Nação, da coesão social e da manutenção da estabilidade política, factor determinante para atrair empresários com perspectivas de médio e longo prazo, cruciais para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento.

A nível interno temos assistido a uma evolução macroeconómica sistematicamente favorável aos negócios, com um crescimento médio do PIB na ordem dos 7%, uma taxa de inflação sob controlo e tendencialmente decrescente, e a uma dívida pública, dívida externa e taxa de câmbio estabilizadas.

Este quadro económico cria oportunidades aos empresários e reduz os riscos, além de permitir ao Governo disponibilizar recursos para as suas tarefas prioritárias quanto aos recursos humanos tais como,extender a educação básica a toda a população,qualificar os recursos humanos através da formação profissional e alargar a todas as Provincias o ensino politécnico e universitário.

As outras duas funções prioritárias do Estado que essa situação permite estão ligadas à melhoria generalizada dos serviços de saúde e infraestruturas.

A modernização do estado, nomeadamente o seu relacionamento mais facilitado e simplificado com os cidadãos, tem sido uma constante da actuação dos Governos, em parceria com o sector privado organizado através das duas Associações empresariais.

Finalmente é de realçar a política de descentralização, cuja regulamentação permitiu a criação efectiva de Distritos com organica própria,recursos anuais provenientes do Orçamento Geral de Estado, e autonomia para desenvolver iniciativas que despertem o empresariado local e a criação de riqueza em vários pólos de desenvolvimento espalhados por todo o território.

Perante esta fotografia evolutiva e prospectiva, que oportunidades existem para os empresários Portugueses neste mercado?

Para as PME's o primeiro passo é normalmente a exportação,e nesse campo,os livros e material escolar,o vestuário e a fileira casa,os produtos farmacêuticos,o mobiliário e alguns materiais de construção, e certos bens alimentares,são oportunidades a agarrar neste momento,até por que a distribuição começa a modernizar-se e a estender-se duma forma organizada por todo o País.

No entanto, esta fase de internacionalização tem de ser precedida duma análise comparativa de custo/qualidade,nomeadamente com os produtos da África do Sul,os quais maioritariamente já não pagam direitos aduaneiros,e ainda dum estudo criterioso do mercado e potenciais parcerias.

Devemos ainda realçar, a existencia desde já no mercado de dezenas de empresas Portuguesas, que poderão ser um elo importante de conhecimento e rede de contactos.

No capítulo dos serviços, a escassez que o mercado apresenta, nomeadamente no que respeita à sua qualidade e diversidade,abre um vasto campo de oportunidades na educação / formação, logística, tecnologias de informação e comunicação, logística, construção e reabilitação de infraestruturas,manutenção de máquinas e equipamentos e até concessões, dentro da política de construir infraestruturas em parcerias público privadas.

No que ao investimento respeita,a lógica de internacionalização mais consistente e oportuna para Moçambique, existe um mundo de recursos naturais a aproveitar,no sector

Moçambique - Estabilidade e Crescimento

Escrito por Administrator

Quarta, 24 Março 2010 00:00 - Actualizado em Quinta, 27 Maio 2010 16:46

agrícola, silvícola e pecuário, mineiro, energético e turismo.

Em vários destes sectores existem já grandes projectos em funcionamento ou em várias fases de implementação, os quais necessitarão de fornecedores locais de bens e serviços para que os mesmos operem competitivamente, o que é um campo a aproveitar para uma lógica de investimento das empresas Portuguesas.

Mas que alavancas têm os empresários portugueses para ajudar a tomar uma decisão no sentido de avançar para este mercado?

Desde logo as relações politico institucionais são excelentes, e têm conduzido à assinatura de vários Acordos entre os Estados (Cooperação, Protecção de Investimentos, Dupla Tributação) e Instituições (Ministério das Finanças, Universidades), assim como à criação de linhas de crédito a operacionalizar pela banca portuguesa, a qual está muito bem implantada em Moçambique através de três dos maiores bancos Portugueses.

Além disso, existe uma Zona Franca Industrial (Beluluane, na Matola) e uma Zona Económica Especial (Nacala), um novo Código de Incentivos Fiscais e um novo Regulamento para o Investimento Estrangeiro.

Finalmente existe um quadro legal praticamente igual ao Portugues e uma lingua comum, o que permite uma comunicação fácil agilizando todas as fases do negócio, elemento essencial nos processos de internacionalização.